



**TERMO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA
ONEROSA DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 01/2020, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA E BANCO SANTANDER BRASIL
S.A.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, com sede na Rua José Lourenço Kelmer, s/nº - Bairro São Pedro, na cidade de Juiz de Fora / MG, inscrita no CNPJ sob o nº 21.195.755/0001-69, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças, Sr. Eduardo Antônio Salomão Condé, cuja competência para firmar este instrumento é oriunda da Portaria nº 1573, de 28/09/2018, inscrito no CPF nº 452.011.296-68, portador da Carteira de Identidade nº M 2174085 - SSPMG e do SIAPE nº 1150758, doravante denominada CONCEDENTE, e o **Banco Santander Brasil S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, sediado à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº. 2041 e 2235 – Bloco A – Vila Olímpia – São Paulo – SP – Cep: 04.543-011 – E-mail: solange.hitomi@santander.com.br, adriano.manzani@santander.com.br, Tel: (11) 3553-0314 / (11) 3553-2692, doravante designada CONCESSIONÁRIA, neste ato representada pela Sra. Solange Hitomi Miyamura, portadora da Carteira de Identidade nº 18.153.781-3 SSP/SP, e CPF nº 143.312.958-26 e pelo Sr. Adriano Manzani Pereira, portador da Carteira de Identidade CNH nº 89141451 SSP/RJ, e CPF nº 006.714.387-35, tendo em vista o que consta no Processo nº 23071.021613/2019-61 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Concessão, decorrente do Pregão Eletrônico nº 134/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Concessão de uso onerosa de espaços na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para Instalação de um Posto de Atendimento Bancário (PAB) ou Agência e de Terminais de Auto Atendimento (TAA) para operações bancárias, conforme especificado nos Quadros 1 e 2 deste contrato (Cláusula Terceira) e de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Este Termo de Concessão vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993, compreendendo o período de 16.03.2020 a 15.03.2025.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 5.303,55** (cinco mil, trezentos e três reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 318.213,00** (trezentos e dezoito mil, duzentos e treze reais), conforme quadros a seguir:



Quadro 1:

| Item | Endereço | Local | m ² | TAA a Instalar | Valor Mensal (R\$) | | | Valor Total (60 meses) |
|------|-------------|--------------------------------|----------------|----------------|--------------------|---------|--------|------------------------|
| | | | | | Aluguel | Energia | Total | |
| 11 | campus-sede | Faculdade Comunicação (antiga) | 2,50 | 1 | 95,50 | 33,66 | 129,16 | 7.749,60 |
| 12 | | Faculdade Comunicação (antiga) | 2,50 | 1 | 95,50 | 33,66 | 129,16 | 7.749,60 |

Quadro 2:

| Item | Local | m ² | Taxas (R\$) | | | Valor Total (R\$) | |
|------|-----------------------------|----------------|-------------|-------|---------|-------------------|------------------------|
| | | | Aluguel | Água | Energia | Mensal | Valor Total (60 meses) |
| 14 | PAB localizado no Campus JF | 98,59 | 4.614,29 | 55,00 | 375,94 | 5.045,23 | 302.713,80 |

| | |
|-------------------------------|----------------|
| Valor mensal (R\$) | R\$ 5.303,55 |
| Valor global - 60 meses (R\$) | R\$ 318.213,00 |

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento à CONCEDENTE e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, e seguem transcritos abaixo.

4.2. O(s) CONCESSIONÁRIO(S) deverá(ão) recolher mensalmente em favor da UFJF, via Guia de Recolhimento da União (GRU) emitido pelo(s) próprio(s) CONCESSIONÁRIO(S), até o 10º dia útil do mês seguinte ao período da concessão (mês comercial), o valor mensal definido pela remuneração da concessão do uso do espaço físico, e deverá apresentar o comprovante ao fiscal/gestor do contrato.

4.2.1. A GRU deverá ser emitida pelo sítio do Tesouro Nacional (http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp):

a) Unidade Gestora (UG): 153061;

b) Gestão: 15228;

c) Nome da Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora;

d) Código de Recolhimento: 28802-0 – ALUGUÉIS.

4.2.2 Quaisquer alterações para emissão da GRU disponíveis no item 4.2.1 não exime(m) o(s) CONCESSIONÁRIO(S) do pagamento. Nessa situação, o(s) CONCESSIONÁRIO(S) deve(m) entrar em contato com o fiscal/gestor do contrato.

4.3. Para efeito do recolhimento do primeiro mês da concessão, será contada como data inicial a data da entrega do imóvel à concessionária mediante ordem de serviço.



4.4. O atraso no cumprimento desta obrigação acarretará para a concessionária multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago, acrescido de juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso.

4.5. O não pagamento após 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e aceito pela Universidade Federal de Juiz de Fora implicará na aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93.

4.6. Se o atraso no pagamento por parte da concessionária for superior a 90 (noventa) dias, a concedente procederá à rescisão contratual e executará a cobrança judicial ou extrajudicial dos valores devidos, podendo inclusive promover a inscrição na Dívida Ativa da União.

4.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a concedente não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela concessionária, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5. CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE

5.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao edital.

5.2. Os aluguéis são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.3. A taxa de energia e/ou água somente sofrerão reajustes caso a concessionária de energia e/ou água da UFJF alterem substancialmente os valores cobrados.

5.4. O aluguel mensal será reajustado, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data do início da vigência do contrato, utilizando-se da variação acumulada nesse período pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (IBGE).

5.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.7. Os efeitos financeiros do reajuste serão oficializados mediante instrumento legal, nos termos da(s) cláusula(s) da Minuta de contrato constantes do edital e será realizado pelo período anualizado do mês imediatamente anterior ao da incidência do reajuste.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



6. CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 6.1. O concessionário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 6.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do concedente, contados da assinatura do contrato, a concessionária deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 6.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 6.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 6.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 6.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 6.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 6.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 6.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à concessionária; e
- 6.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela concessionária, quando couber.
- 6.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 6.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Concedente, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 6.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 6.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 6.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Concessionária obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.11. A Concedente executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.12. Será considerada extinta a garantia:
- 6.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da



Concedente, mediante termo circunstanciado, de que a Concessionária cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela concedente com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à concessionária.

6.14. A concessionária autoriza a concedente a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONCESSIONÁRIA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONCEDENTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital, e seguem transcritos abaixo.

7.2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.2.1. Considerando o horário de funcionamento das atividades administrativa e acadêmica da UFJF, a sugestão é que o horário de funcionamento dos TAAs seja de 6h às 22h de segunda a sexta e, aos sábados, domingos e feriados de 8h às 18h, caso seja compatível com a legislação vigente;

7.2.2. Para o PAB/Agência, o horário de funcionamento deverá ser de 11h às 16h;

7.2.3. O(s) CONCESSIONÁRIO(S) utilizará(ão) a área licitada exclusivamente à exploração dos serviços bancários por meio de TAA e PAB/Agência, de acordo com o item licitado, sendo vedada a utilização de outros espaços;

7.2.4. Para utilização da área o(s) CONCESSIONÁRIO(S) deverá(ão) atender a todas as legislações pertinentes à atividade a ser explorada nas áreas de concedidas;

7.2.5. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório;

7.2.6. A execução dos serviços será iniciada no máximo em até 30 dias corridos da assinatura do contrato para os TAA's e em até 90 dias corridos da assinatura do contrato para o PAB/Agência.

7.3. EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, o(s) CONCESSIONÁRIO(S) deverá(ão) disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, abastecimento de caixas e tecnologias necessárias, para o perfeito funcionamento do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

7.3.2. As áreas elencadas no Quadro 1 encontram-se em perfeito estado de conservação e, alguns pontos com TAAs instalados e funcionando. As adequações julgadas necessárias à exploração do objeto ora licitado serão de responsabilidade do(s) CONCESSIONÁRIO(S), inclusive as despesas delas decorrentes.

7.3.3. As adequações, caso sejam necessárias, deverão ser submetidas à análise prévia da PROINFRA, principalmente nos pontos onde já existem TAAs instalados.

7.3.4. A licitante deverá prever na elaboração da sua proposta as despesas destinadas a quaisquer adequações da área concedida não cabendo nenhum tipo de amortização nos valores mensais devidos à UFJF.



7.4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

- 7.4.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Concedente, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.4.2. O representante da Concedente deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 7.4.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 7.4.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.4.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas (ANEXO VI), adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
- 7.4.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONCESSIONÁRIA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.4.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 7.4.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II do edital, devendo haver o redimensionamento nas garantias com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o(s) CONCESSIONÁRIO(s);
- 7.4.8.1. não produzirem os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.4.8.2. deixarem de utilizar materiais, tecnologias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade inferior à demandada;
- 7.4.8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao(s) CONCESSIONÁRIO(s) a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.4.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto do(s) CONCESSIONÁRIO(s) a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.4.11. Em hipótese alguma, será admitido que a próprio(s) CONCESSIONÁRIO(s) materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



7.4.12. O(s) CONCESSIONÁRIO(s) poderá(ão) apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.4.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao(s) CONCESSIONÁRIO(s) de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.4.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.4.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.4.15.1. Verificar mensalmente o pagamento do aluguel/taxas pelo CONCESSIONÁRIO;

7.4.15.2. Verificar as reclamações dos usuários quanto ao horário de funcionamento e aos serviços contratuais assumidos.

7.4.16. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao(s) CONCESSIONÁRIO(s) a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.4.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.4.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do(s) CONCESSIONÁRIO(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.5.1. Por se tratar de uma concessão onerosa de espaço, o(s) CONCESSIONÁRIO(S) não realizarão emissão de nota fiscal e, sim, pagamento de GRU. O recebimento e aceitação do objeto é verificado pelo cumprimento das cláusulas contratuais e pagamento do aluguel/taxas em favor da UFJF;

7.5.2. Quando da entrega do espaço pela Contratante ao(s) CONCESSIONÁRIO(S), será realizada Vistoria do Espaço conforme Anexo IV do edital;

7.5.3. O Termo de Vistoria do Espaço (Anexo V do edital) também será utilizado no fim do contrato para verificar se o mesmo está sendo entregue com as mesmas condições iniciais;

7.5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.



8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA

8.1. As obrigações da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, e seguem transcritas abaixo.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

8.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(s) CONCESSIONÁRIO(s), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como outros detalhes pertinentes, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.2.3. Notificar o(s) CONCESSIONÁRIO(s) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

8.2.4. Não praticar atos de ingerência na administração do(s) CONCESSIONÁRIO(s), tais como:

8.2.4.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados do(s) CONCESSIONÁRIO(s), devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

8.2.4.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no(s) CONCESSIONÁRIO(s).

8.2.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.2.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.

8.2.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

8.2.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2.9. Manter as condições iniciais das áreas licitadas para que o(s) CONCESSIONÁRIO(s) possa desempenhar seus serviços.

8.2.10. Acompanhar mensalmente os pagamentos realizados pela concessionária, e, em eventual atraso/inadimplência informar oficialmente à concessionária das implicações que poderão acarretar, indicando inclusive cláusulas de sanções administrativas contidas no contrato.

8.2.11. A Gestão e Fiscalização Contratual do objeto relativo a este contrato, será realizada por servidor da PROPLAN a ser designado pela gestão da UFJF.

8.2.12. Critérios para Medição:

8.2.12.1. A medição será realizada conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) apresentado no Anexo II do edital.

8.2.12.2. Os registros dos IMR serão realizados pelo fiscal/gestor do contrato durante toda vigência do contrato.

8.3. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

8.3.1. Executar os serviços conforme especificações deste termo e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e tecnologias necessárias ao perfeito funcionamento dos serviços;



- 8.3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.3.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.3.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.3.6. Manter atualizado o Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF). Caso não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os documentos que comprovem a regularidade;
- 8.3.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 8.3.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 8.3.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.3.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.3.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 8.3.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este TR, no prazo determinado;
- 8.3.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.3.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 8.3.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.3.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.3.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem



- como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 8.3.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.3.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993;
- 8.3.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.3.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e tecnologias adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.3.22. Deter instalações, aparelhamento, tecnologia e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 8.3.23. No caso dos TAAs (vinculados ou não ao PAB/Agência), o(s) CONCESSIONÁRIO(S) deve(m) garantir o funcionamento em perfeitas condições e com abastecimento regular, conforme as normas vigentes, para os saques;
- 8.3.24. Manter o(s) equipamento(s) em perfeitas condições de operação, providenciando, em caso de eventuais panes, o restabelecimento da normalidade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.3.25. Na hipótese de substituição ou reparo dos TAAs (não vinculados ao PAB/Agência), entrar em contato com o gestor do contrato para agendar o horário para realização do procedimento;
- 8.3.26. Designar um responsável que será o contato com a UFJF;
- 8.3.27. Providenciar as adequações julgadas necessárias à instalação dos TAAs e PAB/Agência, observando os procedimentos e prazos a seguir:
- Até 5 (cinco) dias a contar da homologação do certame para ajustar com a PROINFRA a instalação dos TAAs e ajustes para o espaço destinado ao PAB/Agência;
 - Até 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato para apresentação dos projetos de adequação da área, caso seja necessário, junto à PROINFRA. Nesta ocasião será ajustado entre o(s) CONCESSIONÁRIO(S) e a PROINFRA se há a necessidade de emissão de Relatório de Acompanhamento Técnico (RAT), apresentação do Projeto de instalação e suas especificidades e os prazos de entrega;
 - Caberá ao(s) CONCESSIONÁRIO(S) a execução e finalização dos serviços de adequação da área no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da aprovação dos projetos.
- 8.3.28. Expor, em local visível ao público os números dos telefones do Banco e do Órgão de Defesa do Consumidor para reclamações;
- 8.3.29. Responsabilizar-se pela segurança nas operações de abastecimento e manutenção TAAs (não vinculados ao PAB/Agência);
- 8.3.30. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.3.31. A prestação dos serviços deverá seguir os critérios de sustentabilidade ambiental da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010;



8.3.32. Respeitar a vedação de que familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, de direção, chefia ou assessoramento preste serviços no setor do servidor, nos termos da Portaria/SEI nº1554, de 20 de setembro de 2019, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções relacionadas à execução da concessão são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, e seguem transcritas abaixo.

9.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONCESSIONÁRIA que:

9.2.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.2.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.2.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

9.2.5. cometer fraude fiscal.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.3.2. Multa de:

9.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

9.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONCEDENTE a promover a rescisão do contrato;

9.3.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.3.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.



9.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

9.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Concedente pelos prejuízos causados;

9.4. As sanções previstas nos subitens 9.3.1, 9.3.3, 9.3.4 e 9.3.5 poderão ser aplicadas à CONCESSIONÁRIA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|-------------|---|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|-----------------|--|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |



| | | |
|------------------------------------|--|----|
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONCEDENTE, por empregado e por dia; | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONCESSIONÁRIA | 01 |



9.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

9.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONCESSIONÁRIA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Concedente serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

9.8.1. Caso a Concedente determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Concessão poderá ser rescindido:

10.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.



10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da CONCEDENTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONCESSIONÁRIA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Concessão para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONCEDENTE, salvo nos casos previstos em lei.

11.1.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da concessão.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da concessão.

12.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONCESSIONÁRIA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da concessão; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da concessão.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONCEDENTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Concessão será o da Subseção Judiciária de Juiz de Fora - Justiça Federal.



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Concessão foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juiz de Fora, 13 de março de 2020.

Sr. Eduardo Antônio Salomão Condé
Representante legal da CONCEDENTE

Sra. Solange Hitomi Miyamura
Representante legal da CONCESSIONÁRIA

Sr. Adriano Manzani Pereira
Representante legal da CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

NOME: Esther Grizende Garcia
CPF: 063.357.476-77

NOME: Patrícia Rezende de Almeida
CPF: 062.164.656-35